

# PARECER ÀS EMENDAS DE PLENÁRIO À MPV N.º 1.076, DE 2021

## MEDIDA PROVISÓRIA N.º 1.076, DE 2021

Institui o Benefício Extraordinário destinado às famílias beneficiárias do Programa Auxílio Brasil, de que trata a Medida Provisória n.º 1.061, de 9 de agosto de 2021.

**Autor:** Poder Executivo

**Relator ou Relatora:** Deputado JOÃO ROMA

### I – VOTO DO RELATOR OU DA RELATORA

Durante a discussão da matéria, foram apresentadas 9 (nove) emendas de Plenário.

A Emenda n.º 1 objetiva garantir que todas as famílias elegíveis aos benefícios do Programa Auxílio Brasil sejam automaticamente nele incluídas, conferindo a elas acesso imediato às prestações do programa.

As Emendas n.º 2 e n.º 3 pretendem tornar o benefício extraordinário em uma ação permanente, não se limitando até no final de 2022.

A Emenda n.º 4 procura elevar a complementação promovida pelo benefício extraordinário para o valor de R\$ 600,00 por família.



A Emenda nº 5 visa incluir no benefício extraordinário uma ação de complementar R\$ 65,00 (sessenta e cinco reais) para todas as crianças com idade entre 37 e 72 meses, beneficiárias do Programa Auxílio Brasil, dentro de uma ideia de ampliar a proteção a uma primeira infância considerada até os 6 anos de idade.

A Emenda nº 6 propõe alterações nas redações dos § 3º do art. 4º e § 1º do art. 21 da Lei nº 14.284, de 2021, que disciplina o Programa Auxílio Brasil, com a intenção de garantir que todas as famílias elegíveis aos seus benefícios possam acessá-los de forma imediata.

Em uma linha parecida, a Emenda nº 7 busca determinar que “o ingresso de novas famílias em situação de pobreza e extrema pobreza no Programa Auxílio Brasil observará as normas e procedimentos de gestão previstas no regulamento, que deverão contemplar mecanismos voltados a evitar que o prazo de concessão dos respectivos benefícios financeiros às famílias elegíveis seja superior a 45 (quarenta e cinco) dias”.

A Emenda nº 8 cuida de alterações em regras no benefício do auxílio Gás dos Brasileiros, instituído pela Lei nº 14.237, de 19 de novembro de 2021.

A Emenda nº 9 procura tornar permanente o benefício extraordinário, trazendo estimativas de impacto e justificativas que demonstram a adequação financeira e orçamentária da proposta.

Primeiramente, considero inadequadas do ponto de vista financeiro e orçamentário as Emendas de nºs 1 a 6 e 8, por aumentarem o montante da despesa relacionado à Medida Provisória.

Quanto ao mérito, após amplo acordo com líderes desta Casa, acatamos a Emenda de Plenário nº 8, na forma da subemenda substitutiva anexa, por entendermos que essa providência será um marco no aprimoramento da política de combate à pobreza e ao desenvolvimento da renda básica de cidadania, prevista na Lei nº 10.835, de 2004.

Importante esclarecer aqui que a Emenda Constitucional 114, de 16 de dezembro de 2021, já tinha trazido um importante avanço no combate à situação de vulnerabilidade social no país, ao trazer para o corpo da



Constituição a inclusão de uma nova redação ao ser art 6º, preconizando que “Todo brasileiro em situação de vulnerabilidade social terá direito a uma renda básica familiar, garantida pelo poder público em programa permanente de transferência de renda, cujas normas e requisitos de acesso serão determinados em lei, observada a legislação fiscal e orçamentária”.

Além disso, essa última reforma constitucional incluiu também no ADCT dispositivo destinado a permitir a Administração a sua plena implementação, ao assim dispor:

*"Art. 118. Os limites, as condições, as normas de acesso e os demais requisitos para o atendimento do disposto no parágrafo único do art. 6º e no inciso VI do caput do art. 203 da Constituição Federal serão determinados, na forma da lei e respectivo regulamento, até 31 de dezembro de 2022, dispensada, exclusivamente no exercício de 2022, a observância das limitações legais quanto à criação, à expansão ou ao aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento de despesa no referido exercício."*

Esse dispositivo permite ao legislador, durante o exercício de 2022, dispensar a observância das limitações legais quanto a criação, expansão e aprimoramentos dos programas voltados ao atendimento ao novo dispositivo constitucional.

Dessa forma a referida emenda atende ao pressuposto colocado, uma vez que aprimora a política de transferência de renda federal, transformando um benefício temporário em um benefício permanente e, assim, garantindo uma renda básica ao cidadão em situação de vulnerabilidade social.

Por fim, esclareço que o aprimoramento feito pelo PLV, por ocasião do primeiro parecer proferido à MP, e mantido pela subemenda substitutiva global a seguir apresentada, em relação à Lei nº 10.779, de 25 de novembro de 2003, que cuida do seguro defeso, decorre da vedação de recebimento concomitante de seguro-desemprego pelo pescador artesanal com os benefícios do programa de transferência de renda com condicionalidade.

A proposta visa adequar o texto de forma a permitir que o gestor do Programa Auxílio Brasil possa efetuar desconto parcial do valor do benefício, consignando parte do pagamento, nos casos em que não possa ser realizado em época própria a suspensão do benefício para não recebimento concomitante deste com o seguro defeso.



Desta forma evita-se um prejuízo aos cofres públicos, de forma que seja garantida a recomposição dos pagamentos efetuados de forma indevida, ao mesmo tempo que se impede uma suspensão total do pagamento do Auxílio Brasil à família, privando-a em muitos casos de sua principal fonte de sustento.

Após amplo diálogo com diversos Líderes Partidários, ...

Ante o exposto, no âmbito da Comissão Mista, votamos:

- 1) pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa de todas as Emendas de Plenário com apoioamento regimental;
- 2) pela inadequação financeira e orçamentária das Emendas de Plenário nºs 1 a 6 e 8;
- 3) pela adequação financeira e orçamentária ou não implicação sobre as despesas ou receitas públicas de todas as outras Emendas de Plenário com apoioamento regimental; e
- 4) no mérito, pela aprovação da Emenda de Plenário nº 9, com a subemenda substitutiva ao PLV em anexo, e pela rejeição das demais emendas com apoioamento regimental.

Sala das Sessões, em 27 de abril de 2022

Deputado JOÃO ROMA  
Relator



**COMISSÃO MISTA DESTINADA A EMITIR PARECER SOBRE A  
MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.076, DE 2021**

**SUBEMENDA SUBSTITUTIVA AO PROJETO DE LEI DE  
CONVERSÃO Nº ..., DE 2022**

(Medida Provisória nº 1.076, de 2021)

Institui o Benefício Extraordinário destinado às famílias beneficiárias do Programa Auxílio Brasil, de que trata a Lei nº 14.284, de 29 de dezembro de 2021, e dá outras providências.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

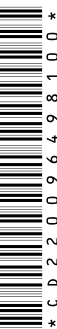
Art. 1º Fica instituído, em caráter permanente, como parte do processo de ampliação da renda básica de cidadania a que se referem o caput e o [§ 1º do art. 1º da Lei nº 10.835, de 8 de janeiro de 2004](#), o Benefício Extraordinário destinado às famílias beneficiárias do Programa Auxílio Brasil.

Art. 2º O Benefício Extraordinário destinado às famílias beneficiárias do Programa Auxílio Brasil:

I - será calculado a partir da soma dos benefícios financeiros de que tratam os incisos I a IV do caput do art. 4º da Lei nº 14.284, de 29 de dezembro de 2021, no mês de referência;

II - equivalerá ao valor necessário para alcançar a quantia de R\$ 400,00 (quatrocentos reais);

III - terá caráter continuado;



IV - será pago juntamente com a parcela ordinária de referência do Programa Auxílio Brasil no limite de um benefício por família; e

V - integrará o conjunto de benefícios instituídos pela Lei nº 14.284, de 29 de dezembro de 2021.

Art. 3º As despesas do Benefício Extraordinário destinado às famílias beneficiárias do Programa Auxílio Brasil correrão à conta das dotações orçamentárias consignadas ao referido Programa.

Art. 4º Compete ao Ministério da Cidadania a implementação do Benefício Extraordinário destinado às famílias beneficiárias do Programa Auxílio Brasil.

§ 1º O pagamento do Benefício de que trata caput será realizado com a estrutura de operação e de pagamento do Programa Auxílio Brasil.

§ 2º A família beneficiária do Programa Auxílio Brasil receberá o Benefício de que trata o caput na data prevista no calendário de pagamentos do referido Programa pelos mesmos meios de pagamento.

Art. 5º Os demais aspectos obedecerão, no que couber, aos critérios estabelecidos Lei nº 14.284, de 29 de dezembro de 2021, nas suas alterações e nos seus regulamentos.

Parágrafo único. Ato do Ministro de Estado da Cidadania poderá definir os procedimentos para a gestão e a operacionalização do Benefício Extraordinário destinado às famílias beneficiárias do Programa Auxílio Brasil.

Art. 6º O art. 2º da Lei nº 10.779, de 25 de novembro de 2003, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 2º .....

.....

§ 8º Desde que atendidos os demais requisitos previstos neste artigo, o benefício de seguro-desemprego será concedido ao pescador profissional artesanal cuja família seja beneficiária do programa de transferência de renda com condicionalidades de que trata a Lei nº 14.284, de 29 de dezembro de 2021, e caberá ao órgão ou à entidade da administração pública federal



responsável pela manutenção do programa a suspensão do pagamento dos benefícios financeiros previstos nos incisos I a IV do caput do art. 4º da Lei nº 14.284, de 29 de dezembro de 2021, pelo mesmo período da percepção do benefício de seguro-desemprego.

.....

§ 10. Caso a suspensão prevista no § 8º não possa ser iniciada em até 6 (seis) meses após o início do pagamento do seguro defeso, por motivos excepcionais, o órgão ou a entidade da administração pública federal responsável pela manutenção do programa de transferência de renda com condicionalidades fica autorizado a efetuar o desconto de até 30% do valor pago mensalmente à família, até que seja integralmente ressarcido o valor pago indevidamente.” (NR)

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 27 de abril de 2022.

Deputado JOÃO ROMA  
Relator



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. João Roma  
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD220096498100>